

1 Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2021, às 18 (dezoito) horas e 35 (trinta e
2 cinco) minutos, instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – CACS
3 FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: **1)** Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; **2)**
4 **Informes;** **3)** Apresentação dos novos conselheiros – segmento Pais de Estudantes das
5 Unidades Municipais de Educação; **4)** Prestação de Contas; **5)** Esclarecimentos sobre o
6 tema "Rateio dos recursos do FUNDEB" pelo Diretor de Planejamento, Orçamento e Finan-
7 ças da Secretaria Municipal de Educação (SMED), Sr. Alex Sandro da Silva Gomes. A reu-
8 nição contou com a presença dos seguintes conselheiros: Mônica de Fátima Diniz Hamdan,
9 Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Marcelino Cástulo Martins,
10 Wagner Alves Pereira, Milton de Souza Júnior, Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes,
11 Geisiele Fidelis da Silva, Meriane Alves de Oliveira, Alessandra Mariza Gomes Guimarães,
12 Leonardo Alves de Souza e Cristina Vieira Guimarães. Justificaram suas ausências: Eliza-
13 beth Raidan, Maria Cristina Silva e Maria do Carmo da Silva G. O. e Sousa. Contou-se,
14 ainda, com as presenças de Alex Sandro da Silva Gomes e Gustavo Machado, como con-
15 vidados e de Vanessa Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao Conselho. A Presi-
16 dente Mônica de Fátima Diniz Hamdan iniciou a assembleia saudando a todos e solicitando
17 a autorização para a gravação da reunião através de registro no *chat*. Em seguida, passou-
18 se para o primeiro ponto da pauta e a presidente perguntou se havia alguma alteração a
19 ser feita na ata da reunião anterior. Não havendo alterações a fazer, a ata foi aprovada.
20 Logo depois, a presidente informou que no dia 06/12 houve a eleição de Pais para o pre-
21 enchimento das vagas desse segmento e solicitou que as novas conselheiras se apresen-
22 tassem. Após as apresentações, a saudação de boas-vindas e os agradecimentos pela
23 participação das mães neste Conselho, a presidente passou a palavra ao Diretor de Plane-
24 jamento, Orçamento e Finanças da SMED, o Sr. Alex Sandro da Silva Gomes. Ele se iden-
25 tificou, cumprimentou as novas conselheiras e passou à prestação de contas, exibindo a
26 pauta a ser abordada: 1) Saldo financeiro programado para 2021 adstrito aos recursos do
27 FUNDEB: a) execução das despesas em 2021, b) recursos repassados em atraso pelo
28 Governo de Minas Gerais; 2) Receitas efetivadas até novembro/2021; 3) Apresentação da
29 execução das despesas até novembro/2021; 4) Resumo; 5) Outros: SIOPE e Precatórios
30 do FUNDEF. Ele iniciou a explanação – item 1 – informando que o saldo financeiro de 2020
31 no valor de R\$70.554.531,37 foi reprogramado para execução em 2021 e a sua utilização
32 se deu no mês de fevereiro com o pagamento dos profissionais da educação. Quanto aos
33 recursos repassados pelo Governo de Minas Gerais, em função da ocorrência de atraso
34 em 2018, foi pago um valor de R\$97.583.119,68, em 2021. A quantia de R\$40.659.633,20
35 já foi restituída (devolvida) à conta do município no mês de maio, restando o saldo a exe-
36 cutar no valor de R\$56.923.486,48. Sobre o item 2, Receitas efetivadas até novembro/2021,
37 a receita estimada para o ano de 2021 foi de R\$1.101.998.775,43; a receita efetivada até o
38 mês de novembro foi de R\$1.006.731.276,43 (a), gerando uma média por mês de
39 R\$91.521.025,13, sendo esse o mesmo valor da receita projetada para o mês de dezembro
40 (b). A nova projeção 2021 (a) + (b) é de R\$1.098.252.301,56. Os extratos bancários foram
41 encaminhados ao CACS para a sua conferência. Em relação à realização das despesas
42 com os recursos do FUNDEB até novembro/2021, item 3, foram empenhados
43 R\$784.866.976,70 com a folha de pessoal da educação (em percentual, 77,96%); e empe-
44 nhados, pela primeira vez, R\$78.857.766,06 com despesas de custeio, isto é:
45 R\$73.347.196,10 – despesas com trabalhadores contratados pela MGS (porteiros, auxilia-
46 res, mecanógrafos etc), R\$4.044.546,19 – despesas com a Cemig para as escolas,
47 R\$1.144.404,90 – serviços de libras para as escolas, R\$203.444,07 – serviços diversos e
48 R\$118.174,80 – despesas com a locação de impressoras; totalizando o montante de
49

50 R\$78.857.766,06 (em percentual, 7,83%). O percentual total de execução (folha de pessoal
51 das escolas + custeio) perfaz 85,79% de gastos dos recursos até novembro/2021. Sobre a
52 Realização de despesas da folha de Pessoal com recursos do FUNDEB, 2021, por nível de
53 ensino (até novembro/2021), a distribuição do quadro de pessoal por modalidade de ensino
54 se deu da seguinte forma: R\$206.135.073,36 com o pessoal das escolas de Educação In-
55 fantil (EI), R\$561.950.939,01 com o pessoal das escolas de Ensino Fundamental (EF) e
56 R\$16.780.964,33 com o pessoal das escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), to-
57 talizando o valor de R\$784.866.976,70. Os recursos do FUNDEB são empregados com
58 despesas de profissionais da educação que atuam nas escolas nos 3 níveis de ensino. O
59 montante total da folha das escolas é superior à receita que o município recebe do FUNDEB
60 e isso fez com que todo recurso recebido fosse utilizado com a folha, fazendo a diferença
61 em se ter ou não rateio no final do ano. O mês de dezembro ainda está em curso e existem
62 despesas elevadas sendo processadas a serem pagas no ano de 2021. Não há sobras dos
63 recursos do FUNDEB porque todo o recurso está sendo aplicado com o pessoal e com o
64 custeio. O custo da folha de pagamento é muito superior aos recursos recebidos do FUN-
65 DEB, pelo município. A lógica do rateio (sobra de recurso) não se aplica à realidade do
66 município de Belo Horizonte (BH). A respeito da Realização de despesas da folha de Pes-
67 soal com os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT), 2021, por nível de ensino (até novem-
68 bro/2021), os dados foram os seguintes: R\$103.891.829,54 com o pessoal das escolas de
69 EI, R\$63.635.147,97 com o pessoal das escolas de EF, R\$1.242.406,01 com o pessoal das
70 escolas de EJA e R\$46.784.923,67 com a Administração (pessoal da SMED e DIRES),
71 perfazendo um total de R\$215.554.307,19. Quanto à contribuição do município de Belo
72 Horizonte para a formação do fundo, até novembro/2021, consolidou-se a quantia de
73 R\$518.440.745,38. Após a apresentação, abriu-se para os comentários, os questionamen-
74 tos e os esclarecimentos dados pelo Diretor da SMED, a saber: A) Pergunta: Por que houve
75 a mudança na aplicação dos recursos do FUNDEB neste ano, considerando-se que sempre
76 foi aplicado 100% da receita na folha de pagamento dos professores? Resposta: A decisão
77 de aplicar apenas com a folha de pagamento é uma decisão administrativa, interna, de
78 racionalidade de gasto, de facilidade de prestação de contas e de recebimento destas in-
79 formações pelo conselho. A administração tem autonomia para tal. Pela lei, deve-se aplicar
80 no mínimo 70% com a folha e está em conformidade com a legislação. B) Pergunta: As
81 despesas pagas com ROT são para as pessoas de efetivo exercício nas escolas? Res-
82 posta: Sim, também. Significa que as despesas dos profissionais da EI, EF e EJA são ulti-
83 madas a partir de duas fontes de recursos – FUNDEB e ROT. C) Pergunta: Somando-se o
84 que foi efetivado com o pessoal das escolas através dos recursos do FUNDEB e ROT qual
85 seria o valor total? Resposta: Um total de R\$953.636.306,22; teria sido executado 95% dos
86 recursos do FUNDEB. É importante entender o que é previsto na legislação com os recur-
87 sos do FUNDEB. O fato de mudar o formato da execução é circunstancial. Com os anos
88 atípicos (2020/2021) para todas as redes de ensino no país, também foi diferenciado do
89 ponto de vista orçamentário, mas, o mais importante é o cumprimento do pressuposto legal,
90 o que foi realizado. D) Comentário/Pergunta: Foi importante a apresentação dos dados que
91 se deu de forma esclarecedora e de fácil compreensão. O pessoal lotado nas escolas en-
92 volve todos os trabalhadores da educação ou apenas os profissionais do magistério? O 13º
93 salário e as férias estariam na previsão de execução para o mês de dezembro ou já foram
94 empenhados em novembro? Resposta: Não são apenas professores. A legislação abrange
95 cargos de profissionais da área da educação em BH – cargos/funções administrativos/as
96 nas escolas como secretários, bibliotecários, gestores financeiros – e não apenas os pro-
97 fissionais do magistério. Uma parte da execução do 13º salário ocorreu no mês de novem-
98 bro. Em dezembro será executada uma parte de valores relativos ao 13º salário e 1/3 de
99 férias para aqueles servidores que gozarão férias em janeiro de 2022. E) Pergunta: É pos-
100 sível se fazer o levantamento do que é especificamente do magistério e dos demais traba-
101 lhadores? Resposta: Sim, é possível e necessário. Na prática, os outros profissionais da

102 área administrativa estão no “corpo” do máximo 30% que pode ser feito nesta realidade. F)
103 Comentário/Pergunta: Com a consolidação bimestral dos dados, há duas fontes em que os
104 dados de BH são divulgados através de relatórios, o Sistema de Informações Contábeis e
105 Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) – ligado ao Tesouro Nacional – e o Sistema
106 de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) – ligado ao FNDE. É
107 recorrente em Belo Horizonte que os mesmos dados não coincidam nos dois Sistemas, o
108 que tira a transparência. Por que os dados divulgados no FNDE e no SICONFI não coinci-
109 dem? Qual seria o motivo? Resposta: A metodologia de cada sistema pode impactar a
110 informação que é gerada a partir dele. O SIOPE, por exemplo, passou a exigir rendimentos
111 de recursos não exigidos pela plataforma anteriormente. O esqueleto das informações é o
112 mesmo mas a forma de exigência e de apuração dos dados pode variar. É preciso haver
113 convergência na metodologia de apuração dos dados para que se possa verificar se existe
114 diferenciação. Além disso, o SIOPE tem sido retificado ao longo de 2021; ajustes são feitos
115 tanto na própria versão do SIOPE quanto na retificação da própria gestão do dado munic-
116 pal. O mais importante é apontar quais as informações estão divergindo para que se possa
117 dar uma resposta mais direta. G) Comentário: Com relação ao mínimo constitucional, todos
118 os dados são divergentes ao longo de anos, bimestralmente. Pode-se ter erros na metodo-
119 logia do SIOPE ou do SICONFI quanto aos critérios mas não há erro em outros municípios.
120 Os valores deveriam ser os mesmos tal como os dados são apresentados. Se há um pro-
121 blema de metodologia, seria na metodologia interna do sistema e deveria ser corrigido.
122 Resposta: É preciso ter uma avaliação mais aprofundada considerando que foram aponta-
123 das divergências nos 10 anos anteriores. O SIOPE migrou para a SMED em 2017. Precisa-
124 se fazer uma verificação desta série histórica apontada; há o desconhecimento desta situ-
125 ação e ela será levada à SMED. H) Comentário/Pergunta: Considerando-se que há novos
126 membros neste Conselho, foi reforçada a sugestão de se promover formações para os con-
127 selheiros com um cronograma para o alinhamento/adequação sobre o tema do conselho
128 que é mais importante, para que a atuação de cada um seja num nível mais consciente
129 possível. Sobre os recursos que chegam no fim do ano, existe um conjunto de despesas a
130 serem executadas e pode haver uma expectativa de recebimento de recursos até os últimos
131 dias do ano. Há a possibilidade de reprogramação para o ano seguinte, caso não haja des-
132 pesa nesse período? Resposta: O planejamento do gasto tem uma previsão diária. A esti-
133 mativa de receita está posta/dada e para esta finalidade de ingresso não esperado de re-
134 cursos adicionais tem-se o dispositivo legal de reprogramação de até 10%, em até 4 meses
135 do ano seguinte. I) Pergunta: A PBH recebe mais do que contribui com o fundo? Por que?
136 Resposta: Sim. Os critérios de redistribuição dos recursos perpassam pelo número de ma-
137 trículas que o município possui. 20% de determinados impostos compõem a conta contábil
138 do fundo e é redistribuído ao âmbito do estado a partir da quantidade de matrículas que o
139 município possui. A rede municipal é grande e com muitas matrículas (rede própria e rede
140 parceira conveniada – creches), o que faz com que tenha um valor elevado – per capita. J)
141 Pergunta: O município contribui aproximadamente com a metade do valor que recebe?
142 Resposta: Não há uma correlação percentual. As dinâmicas de estruturação da contribui-
143 ção e de recebimento dos recursos possuem critérios diferentes. Não há definição sobre
144 isso na lei. K) Comentário: Houve um agradecimento pelas informações prestadas e neces-
145 sárias para o exercício do mandato. O envio dos dados bem elaborados na forma de gráfi-
146 cos/tabelas é importante, mas, seria significativa a complementação na forma de um texto
147 mais explicativo. Sugeriu-se, também, a construção de um Portal (*website*) interno para que
148 cada conselheiro pudesse acessar as informações a qualquer tempo e fazer a análise dos
149 dados. Pontuou-se, ainda, a necessidade da presença de um profissional dentro da secre-
150 taria executiva que fizesse uma produção dos relatórios consolidados (olhar acadêmico)
151 com o intuito de fazer a tradução dos dados para uma análise posterior devidamente tradu-
152 zida. Foi feito um convite para que essa discussão ocorresse na primeira reunião do ano
153 vindouro e agradecimentos pelo trabalho e pela disponibilidade do Diretor Alex Sandro da

154 Silva Gomes. Resposta: Pode-se pensar em uma evolução na prestação de contas no sen-
155 tido de ser mais qualitativa, mais descritiva. O CACS pauta este formato e tem autonomia
156 para fazer este tipo de formatação em outro padrão. Sobre o Portal, a ideia é interessante
157 mas não tem uma resposta; ela pode evoluir para uma realidade avaliando-se a questão
158 tecnológica e pensando-se no pressuposto para um Portal como esse. É possível, de ime-
159 diato, pensar nos formatos a partir das várias bases de dados já existentes. Em seguida, a
160 presidente perguntou a todos se a prestação de contas exercício 2021 – acumulado até
161 novembro foi aprovada e obteve-se 6 aprovações e 2 abstenções. A presidente agradeceu
162 a disponibilidade do Diretor da SMED e despediu-se dele. Em seguida, ela informou que o
163 Calendário de reuniões 2022, conforme determinado no Regimento Interno, seria enviado
164 a todos por e-mail. A Conselheira Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes perguntou se
165 o repasse do FUNDEB é mais voltado para a valorização do profissional da educação e
166 não para a alimentação, a manutenção e a reforma de escolas. A presidente respondeu
167 que na lei determina-se o que pode ser pago ou não com tais recursos. O Vice-presidente
168 Marcus Vinícius Lindenberg Fróes tomou a palavra e perguntou qual o tratamento jurídico
169 foi dado ao problema detectado na Lei Municipal e no Regimento Interno quanto às datas
170 de início e término do primeiro mandato dos conselheiros. Ele afirmou haver uma necessi-
171 dade de retificação mediante publicação no Diário Oficial do Município. Após discussões e
172 esclarecimentos, definiu-se pelo envio de um ofício à SMED solicitando análise jurídica da
173 situação, e, caso haja pertinência, encaminhamento ao Gabinete do Prefeito do município
174 para a tomada das devidas providências. Às 20 (vinte) horas e 23 (vinte e três) minutos, a
175 presidente desejou felicidades a todos em 2022, agradeceu as presenças e deu por encer-
176 rada a reunião.